

---

# Análise de um empreendimento de economia solidária sob a ótica da sociologia das ausências e das emergências

---

## *Analysis of a solidary enterprise under the view of sociology of absences and emergencies*

Marília Veríssimo Veronese<sup>1</sup>

marilivvero@yahoo.com.br  
mariliv@unisinos.br

### Resumo

*Esse artigo é resultado de uma pesquisa em nível de doutorado em psicologia, um estudo de caso realizado junto a uma cooperativa urbana situada em Porto Alegre (RS). Tem como proposta discutir o trabalho na perspectiva da economia solidária, analisando as vivências dos trabalhadores de um empreendimento, bem como as questões da subjetividade ligadas aos processos laborais. Seus principais articuladores teóricos são Boaventura de Sousa Santos, com a proposição da sociologia das ausências e das emergências, Fernando Gonzalez Rey e Felix Guattari, com as teorizações acerca da subjetividade, respectivamente compreendida como processo de produção simbólica de sentidos e produção histórico-social que assume uma forma serializada na contemporaneidade capitalista. Os principais achados, na análise da trajetória do empreendimento, apontam para as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no campo da economia solidária, que embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar, percebem o processo de apropriação da autogestão como acima de suas possibilidades. Desejam diferenciar-se dos modos de gestão capitalista, mas experimentam a tentativa como um labirinto no qual se sentem perdidos, autodepreciando-se e culpabilizando-se pelas dificuldades encontradas. As constelações relacionais de poder dão-se de forma não dialógica e assimétrica. Contudo, vislumbram possibilidades de recomeçar, mostrando que o campo apresenta potencialidade emancipatória, onde o coletivo pode permitir a singularização do sujeito que a partir dele se reconhece e constitui.*

**Palavras-chave:** trabalho, subjetividade, economia solidária, sociologia das ausências e das emergências.

### Abstract

*This paper is a result of a doctorate research in psychology, a case study done in an urban cooperative society in Porto Alegre (RS). Its goal is to discuss the work in the solidary economy, analyzing the experiences of workers in an enterprise, as well as the subjectivity questions linked to laboral processes. Its main theoretical frames are Boaventura de Sousa Santos, with the sociology of the absences and emergencies, as well as Fernando Gonzalez Rey and Felix Guattari, with the theorizations on subjectivity, respectively understood as a process of a symbolic sense production and a social-historical production that assumes a serial pattern in the capitalist contemporaneity. The main findings, in the enterprise*

<sup>1</sup> Mestre em psicologia social e da personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutora em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente e pesquisadora do curso Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

*course analysis, show great difficulties found by the subjects who work in the solidary economy field that, although identified with alternative ways of living and working, perceive the appropriation process of self management as something beyond their possibilities. They want to differ from the capitalist management, but feel this trial as a labyrinth in which they feel lost. They also undervalue and blame themselves because of the found difficulties. The power relationships are not dialogical and asymmetrical. However, they seek possibilities of a new beginning, showing that the field presents emancipatory potentiality, where collective can permit the subjects particularization, which can be recognized and constituted by themselves.*

**Key words:** work, subjectivity, solidary economy, sociology of the absences and emergencies.

## Introdução

A origem deste texto é a realização de uma pesquisa na área da psicologia social do trabalho, que se ocupou de discutir uma experiência laboral vivenciada no campo da economia solidária. Tratava-se de um estudo de caso sobre uma cooperativa de distribuição e comercialização de produtos para abastecimento familiar (Veronese, 2004). O empreendimento analisado existiu no período de 2000 a 2003, tendo neste último ano sido extinto, em meio a graves problemas institucionais. Um pequeno grupo de pessoas, remanescente da experiência original, iria tentar novamente empreender no campo do trabalho solidário, inaugurando uma nova cooperativa, chamada Ética e Ação Popular; tal processo mobilizou fortemente suas vidas e trajetórias, e foi o objeto de análise na investigação. Esta última se estruturou como uma narrativa, realizada a partir da ótica de seus atores/narradores.

Tal narrativa, enquanto pesquisa científica, esteve embebida da lógica da *sociologia das ausências e das emergências* (Santos, 2002), numa tentativa de dar a conhecer e validar modos alternativos de conhecimento e de práticas sociais. Esse procedimento psicossociológico parte de uma preocupação com o desperdício da riqueza de experiências sociais, em curso ao redor do mundo, incluindo formas diversas de economia solidária, descredibilizadas porque seus agentes ocupam um lugar de “não existência”, um lugar inferiorizado na perspectiva da lógica hegemônica, considerando o sistema-mundo globalizado como arena pública ocidental contemporânea.

Este artigo, construído a partir de alguns pontos importantes daquela pesquisa, traz conceitos que, na área da psicologia social do trabalho, podem auxiliar na compreensão das dificuldades experimentadas por aqueles que se arriscam a empreender formas alternativas de trabalhar. Almeja contribuir na compreensão sobre os modos de viver e trabalhar contemporâneos, a partir disso desenvolvendo intervenções com perspectivas emancipatórias, no trabalho e para além dele.

Priorizo, inicialmente, uma análise sócio-histórica da contemporaneidade, utilizando autores críticos que possam oferecer versões emancipatórias de futuro, a serem construídas a partir do presente. Apresento brevemente concepções de sujeito e subjetividade, articulando-as com minha interrogação - problema central de pesquisa - sobre a configuração do trabalho na perspectiva de uma experiência de cooperativismo em bases de economia solidária, e como isso repercute na subjetividade dos trabalhadores que nela atuam; ou o que acontece com suas relações intersubjetivas, seus sistemas de crenças, suas emoções e vivências.

Assim, pretendo afinal refletir sobre como podemos expandir o presente, através do reconhecimento de modos de ser e de trabalhar que estão fora das prescrições hegemônicas, feitas tanto à sociedade (neoliberalismo globalizado) como ao sujeito (individualização em lugar da singularização). Essa expansão pode ser empreendida de várias formas e em muitos contextos; trata-se, aqui, de compreender melhor uma experiência de trabalho no campo da economia solidária, com suas vicissitudes e aprendizagens, no sentido de ampliar o seu campo de saberes. É conveniente lembrar que o saber não constitui uma dimensão exclusivamente cognitiva, mas fluida e dinâmica, constituída por emoção, cognição, semantização e apropriação do mundo.

## Contemporaneidade, subjetividade e trabalho

A noção de subjetividade é relevante para a compreensão das configurações sociais contemporâneas e indissociável da questão do trabalho, para a psicologia social. Antes de ser uma instância individual, ela é instância coletiva, social e histórica. Reafirma-se que o trabalho pode ser considerado como fonte de subjetivação, portanto questão central na psicologia, segundo coloca Grisci (2000). Em sua tese de doutoramento essa autora, apoiando-se nas idéias de Felix Guattari, dentre outros autores, adverte que a subjetividade

é uma instância resultante do entrecruzamento de produções coletivas, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas, de mídia; que irão produzir efeitos no marco singular da individualidade e constituir formas de ser sujeito no mundo.

Para Rey (2003), a subjetividade pode ser definida como um processo complexo de construção simbólica de sentidos, sobre si e o mundo, simultaneamente um fenômeno da pessoa ou sujeito singular e de seu lugar sócio-histórico.

Conforme Guattari (1992), a subjetividade é plural, polifônica, e as origens de sua produção não podem ser analisadas nem no indivíduo, nem somente em termos infra ou supra-estruturais. Os processos de semiotização que estão em sua base não têm qualquer fixidez, portanto ela vai além de categorias sociais rígidas, além de incluir aspectos etológicos e ecológicos.

Outro aspecto fundamental do conceito é a linguagem. O sujeito precisa de elementos lingüísticos para se representar, se constituir; a atividade representacional não pode prescindir de elementos lingüísticos. Assim, na linguagem, na ação cotidiana e na relação inter-subjetiva, produz-se o sujeito. Produz-se a partir da concretude das experiências, da atividade que o liga ao mundo e à alteridade. A dimensão da ação aparece também na definição de Boaventura Sousa Santos, ao ser questionado diretamente sobre sua definição de sujeito, posto que respondeu: “(...) *sujeito é a recusa em ser objeto*”.<sup>2</sup> Vamos falar, então, de modos de subjetivação, ou processos através dos quais se produz um dado sujeito em contextos concretos, como por exemplo na esfera laboral.

Ao analisar a relação entre trabalho e modos de subjetivação, ou modos de constituição de sujeito, vejamos o quão esclarecedor é o que afirma ainda Grisci:

(...) já é possível notar-se a pertinência contida na verificação de novas formas de subjetivação utilizadas pelo capital, no sentido de produzir trabalhadores que correspondam aos novos modos de trabalhar e de se relacionar, já que o trabalho pode ser considerado como categoria central em suas vidas (Grisci, 1998, p. 30).

A autora refere-se, aqui, aos modos de trabalhar tipicamente capitalistas. O capitalismo desenvolve seus modos de gestão contemporâneos conforme as exigências da produção, da lucratividade e dos mercados, demarcando o que é desejável em termos de ser e de trabalhar. As mudanças advêm da emergência de um regime de acumulação globalizado, cada vez mais centrado no trabalho vivo, imaterial, que demanda habilidades comunicacionais e intelectuais; as formas de exploração eventualmente mudam e a contradição não se dá somente ao compararmos esses novos modos de trabalhar com o taylorismo/fordismo, mas também no interior deles próprios (Cocco, 2001). O que acontece com o proletariado urbano,

especialmente na periferia do sistema mundo globalizado? Como vivencia as transformações que envolvem “trabalho imaterial e subjetividade” (Lazzarato e Negri, 2001, p.25), caso esteja atuando nas empresas de novos *designs*?

Mas e se estiver excluído - ou precariamente incluído - do mercado de trabalho, para onde vai, que experiências o aguardam? A partir dessas considerações e indagações, delineou-se o meu problema de pesquisa, na investigação da qual surge este artigo, através da abertura para o campo da economia solidária. Esta última já pode ser considerada importante espaço social onde reside uma das alternativas consistentes para os setores de baixa renda e as classes trabalhadoras, diante dos processos de empobrecimento e de desemprego estrutural que os atingem, segundo aponta Gaiger (1999). O campo do trabalho associativo, cooperativo e solidário propiciará experiências diversas aos trabalhadores que nele atuarem, em muitos sentidos. Na sua constituição híbrida, complexa e contraditória, ele abriga empreendimentos de diferentes origens, segmentos e desenhos organizacionais, envolvendo trabalhadores e agentes mediadores como Universidades, ONG's, setor público etc.

Destaca-se a importância da vivência, como a dimensão subjetiva da experiência. Os significados atribuídos à experiência de trabalho compõem a maneira como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo, vivenciando-o no espaço da subjetividade. “(...) existe uma dinâmica da construção da cultura que está vinculada, de modo direto, às experiências vividas em um determinado momento” (Tittoni, 1994, p. 29). A atualidade traz, na sua própria dinâmica, transformações no sujeito que se relaciona com a produção, o consumo, a exploração e as demais interfaces sociais que vivencia. A forma como cada pessoa se apropria do contexto social, ou das prescrições de cada modo de gestão, no caso do trabalho, incorporando essas dimensões do seu jeito e no seu tempo, vai demarcando seu espaço subjetivo, que é um espaço de produção de sentidos, incluindo uma dimensão identitária e uma dinâmica relacional e emocional complexa.

Quando se coloca a produção de subjetividade serializada, massificada por sistemas relacionais, institucionais, maquínicos e midiáticos, como o faz Guattari (1992), está-se falando da produção de *indivíduos*, que consomem *modos de ser* ditados por agentes sociais dominantes; sejam midiáticos, sejam modos de gestão do trabalho, seja tudo que eventualmente ditar padrões de comportamento universais, massificadores, homogeneizantes. Para o autor, tal processo denomina-se *individualização*; em contrapartida, refere-se ao processo de *singularização*, que implica em reinvenção ou em criação de um modo singular de ser ou fazer. Nele é prioritário a busca de direções que permitam navegar num território singular, a ousadia de criar um território individual ou grupal que demarque

<sup>2</sup> Em reunião de orientação na Universidade de Coimbra, julho de 2003, com bolsa *sandwich* concedida pelo CNPq.

rupturas com as prescrições contidas na sociedade, nas instituições ou nos modos de gestão. O que no circuito das subjetividades serializadas do contexto capitalístico - o sufixo *ístico* é utilizado por Guattari para demarcar o que vai além da dimensão econômica nas sociedades capitalistas -, parece um risco grande demais, ou mesmo uma impossibilidade.

Como a subjetividade é um fenômeno ao mesmo tempo do sujeito individual e do mundo social, só podemos compreendê-la através da diluição de fronteiras entre o saber sociológico, psicológico, econômico ou ainda outros campos de conhecimento. Essa interdisciplinariedade visa cercar o objeto epistemologicamente - no caso, a subjetividade - numa tentativa de melhor compreendê-lo. Foi na sociologia crítica de Santos (2000; 2002; 2003, 2004) que busquei elementos para entender como certos processos de singularização eventualmente são limitados à categoria de *ausência produzida*, já que o processo de individuação é tido como o padrão adequado aos interesses hegemônicos do capital e conseqüentemente da organização e da gestão do trabalho que ele engendra.

## Para uma psicossociologia das ausências e das emergências

Reconhecer e validar as ausências do mundo é compromisso da ciência aderente à dupla ruptura epistemológica (Santos, 2000). A primeira ruptura é a que o conhecimento científico faz com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso; a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridizar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante e nele impactando com vistas a transformá-lo e ser por ele transformado, numa dialética de alianças produtivas entre formas diversas de conhecimento.

O senso comum teve que ser banido, arrancado da ciência moderna, para que esta obtivesse seus privilégios epistemológicos e extra-epistemológicos, no que o autor denomina como a primeira ruptura epistemológica. Grande parte do saber da humanidade foi arrastado à condição de *ausência*, graças a essa ruptura. Em cima desse tema, surgem as teorizações da sociologia das ausências e das emergências. O problema das ausências, tal como se configura na modernidade e na contemporaneidade, está profundamente vinculado ao tipo de ciência hegemônica que temos praticado, lembrando que hegemônico não se confunde com totalidade, havendo sempre contradições nesses processos, que são também geradores de suas próprias antinomias. Ao vincular formas de conhecimento às práticas sociais, a crítica abrange essas duas dimensões articuladas. Vejamos, no trecho citado abaixo:

Desde o século XVII, as sociedades ocidentais têm vindo a privilegiar epistemológica e sociologicamente a forma de conheci-

mento que designamos por ciência moderna. Quaisquer que sejam as relações entre esta ciência e outras ciências anteriores, ocidentais e orientais, a verdade é que esta nova forma de conhecimento se auto-concebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica, como mais tarde viria a ser caracterizada. Desde então, o debate sobre o conhecimento centrou-se na ciência moderna, nos fundamentos da validade privilegiada do conhecimento científico, nas relações deste com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, etc.), nos processos (instituições, organizações, metodologias) de produção da ciência e no impacto da sua aplicação (Santos, 2004, p. 10).

Uma globalização alternativa à neoliberal articula-se a partir de múltiplos atores sociais, muitos deles ocupando posições sociais de ausência produzida, excluídos de eventuais privilégios extra-epistemológicos que os conhecimentos científico-tecnológicos da ciência moderna podem conferir aos seus agentes.

A partir de um projeto de pesquisa transnacional (envolvendo Brasil, Moçambique, Portugal, Colômbia, Índia e África do Sul) que visava compreender em que medida a globalização alternativa está emergindo na periferia e semiperiferia do sistema mundo, Boaventura Sousa Santos avança na sua crítica da *razão indolente* - aquela que tem “preguiça” de imaginar novas alternativas para o conhecimento e para a sociedade - e propõe o modelo de *razão cosmopolita* - aquela que se esforça por imaginar e validar novas alternativas, em escala global.

Para tanto, procura apoiar-se em três procedimentos sociológicos: *A sociologia das ausências, das emergências e a teoria da tradução*. A des-coberta do que é produzido para estar ausente do mundo da globalização neoliberal é a *sociologia das ausências*, uma espécie de escavação do presente; a possibilidade de novos futuros possíveis a partir dessas experiências agora tornadas presentes, é a *sociologia das emergências*; e a criação de inteligibilidade mútua entre as diversas experiências é o *procedimento de tradução* (Santos, 2002; 2003).

Estas construções teóricas têm origem na sociologia crítica, sendo que, a meu ver, estão profundamente ligadas à questão da subjetividade, dos modos de viver e dos modos de trabalhar; essa articulação tornou-as fonte de amparo teórico para a investigação que realizei, na interface da psicologia social do trabalho e da economia solidária.

Da mesma forma, o co-orientador no exterior da pesquisa, Boaventura Sousa Santos, tornou-se um autor central na investigação; o pós-modernismo de oposição ou crítico, corrente a qual este autor se filia, reconhece a urgente necessidade de uma sociedade melhor. Entretanto, concebe que existem muitos futuros possíveis, inclusive eventuais versões democráticas do socialismo, que nem sabe, entretanto, se se concretizarão. Rompe, assim, com parte da perspectiva da teoria crítica moderna, ela própria fruto da razão indolente em alguma medida; sustenta que não existem soluções modernas para os problemas modernos (Santos, 2000; 2004).

A razão moderna desperdiça as experiências que transcendem seus paradigmas. Ao vincular-se estreitamente com a lógica capitalista, pode transformar a prática social numa mera dimensão da técnica; o campo da economia presta-se sobremaneira a tal leitura, em que pese a primazia absoluta do modelo imposto ao mundo pelo consenso de Washington, a despeito da geração de pobreza e desemprego em larga escala, dele decorrentes.

A compreensão do mundo excede - ou deve exceder - em muito a compreensão ocidental do mundo. As concepções de tempo e de temporalidade modernas são unívocas e excludentes, contraem o presente, que diminui em importância e intensidade e expandem o futuro, para o qual vive-se, nas promessas de futuro brilhante, contidas no imaginário da (e sobre a) ciência moderna.

Ao modelo de racionalidade indolente o autor contrapõe a racionalidade cosmopolita, que ao contrário, ao reconhecer e validar outras experiências não ocidentais, não patriarcais, não capitalistas, expande as possibilidades do presente e contrai o futuro, que passa a ser construído *no* presente. A necessidade de expandir o presente reside no fato de que só construiremos um futuro melhor a partir de um presente mais digno e inclusivo, o qual deve atrair as atenções e os esforços. O tipo de racionalidade cosmopolita seria definido por sua amplitude de linguagens e sua absoluta recusa em excluir o diferente. Por isto o termo cosmopolitismo, que não se confunde com o “cidadão do mundo”, mas sim com uma forma de ser e de entender que respeita, considerando credíveis, concepções diversas da sua, vindas de lugares diversos; mesmo interessa-se por elas, ao invés de pretender silenciá-las.

A busca é a da transformação qualitativa do senso comum, no sentido emancipatório, num senso comum solidário, participativo, reencantado (Santos, 2000). Esse senso comum transformado, por assim dizer, poderia efetivar-se nas heterotopias, termo que foi consagrado no trabalho de Michel Foucault e que Santos retoma. A heterotopia é o lugar da deslocação radical. Sobre esse conceito, argumenta o autor: “Em vez da invenção de um lugar totalmente outro, proponho uma deslocação radical dentro de um mesmo lugar, o nosso” (Santos, 1996, p. 235).

Dessa forma, se não nos deslocarmos de nosso lugar para nomear as ausências, a produção de heterotopias não é possível. Na razão indolente, não há lugar para deslocamentos ou desvios da noção de desenvolvimento, de progresso, univocamente concebido; o processo de singularização descrito por Guattari passa, portanto, pela produção/experimentação das heterotopias.

A indolência da razão funda-se em alguns princípios de racionalidade, típicos da modernidade ocidental, expressos por: *razão impotente*, que nada pode contra uma necessidade exterior a ela; *razão arrogante*, que é incondicionalmente livre;

*razão metonímica*, que é a única (a metonímia é uma figura da linguagem que significa a parte pelo todo) e *razão proleptica*, que sabe tudo do futuro (a prolepse é uma técnica narrativa que significa antecipação, conhecimento do futuro no presente).

## A expansão do presente como uma nova relação com o espaço-tempo: Sociologia das ausências, ou a crítica da razão metonímica

O que é produzido para permanecer ausente da esfera pública global não será reconhecido como alternativa credível sob a égide da razão indolente, que produziu tanto o capitalismo industrial e posteriormente neoliberal quanto as próprias alternativas a ele, a exemplo do socialismo. Durante os séculos XIX e XX, a esquerda que combatia o capitalismo centrou-se numa referência também excludente e metonímica, pois previa *um* desenrolar histórico, a revolução e o socialismo, - com *um* ator social primordial para realizá-lo, a classe operária, - desconsiderando uma série de outras questões referentes a essa classe operária, vista de forma equivocadamente homogênea.

Conferir credibilidade às *diversas alternativas* (no plural) seria o objetivo da prática da sociologia das ausências. Numa versão psicossocial, a *psicossociologia das ausências* é aquela que procura conhecer, validar e creditar alternativas em termos de modos de ser, viver, amar, trabalhar, sentir, parecer, nutrir, consumir (ou o que seja) diferentes dos tradicionais ou considerados como válidos. O resultado pode ser o da expansão ou dilatação do presente, que fica mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem, e o interesse nos processos de singularização como contraponto aos de individuação, na perspectiva de Guattari (1992).

Existem algumas formas de produzir não-existências, que se corporificam em algumas lógicas de pensamento, inerentes ao capitalismo e sua forma de racionalidade. São cinco as lógicas de produção das não-existências identificadas por Santos (2002; 2004), que constituem *monoculturas* nas dimensões epistemológica, temporal, de classificação social, escalar e produtiva.

**A monocultura do saber**, ou do rigor do saber: Ciência moderna e alta cultura são o padrão único de verdade e qualidade estética, respectivamente.

**Monocultura do tempo linear**: O que é contemporâneo quem decide são os países centrais do sistema-mundo ocidental-capitalista e o tempo é linear, rumo ao progresso futuro.

**Lógica da classificação social**: São categorias sociais que naturalizam hierarquias, desigualdades e injustiças sociais. Assimetrias entre raças, sexos, gêneros, etnias e classes sociais assumem caráter natural, e quem é “inferior” jamais será alternativa credível para quem é “superior”.

**Lógica da escala dominante**: Qual a escala padrão, a

única que vale? O global da globalização hegemônica (neoliberal) é a escala dominante por excelência; o local e o particular não constituem alternativas credíveis, a não ser que se submetam às regras dominantes.

**Lógica produtivista** ou monocultura da produtividade capitalista hegemônica: O crescimento econômico é objetivo racional inquestionável. Tanto a natureza quanto o trabalho, devem estar a serviço dessa lógica. Assim, respectivamente o estéril e o desqualificado para o trabalho não servem, devendo ser descartados. Formas alternativas de produzir, como modos familiares de agricultura orgânica, ou produção em pequena escala oriunda de desenhos organizacionais alternativos, são “atrasados” ou “primitivos”, eventualmente considerados até anti-desenvolvimento. Os recursos, naturais e humanos, podem ser explorados de forma predatória, em nome do desenvolvimento econômico, objetivo inquestionável. A lógica da competitividade é sacrossanta.

No comentário de Milton Santos, acrescenta-se mais um elemento à crítica:

A busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores – governantes, homens de negócio, funcionários internacionais – parece bastar-se a si mesma, não necessita qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade (Santos, 1994, p. 19).

São cinco, conseqüentemente, as principais formas sociais de não-existência que assume aquele sujeito ou grupo social que foi excluído como alternativa credível, como possibilidade de presença reconhecida e válida na esfera social. Então, o não-existente será *o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo*. Nessa última instância, as cooperativas, as pequenas associações, não podem ter uma produção tão “agressiva” quanto o mercado neoliberal exige. E a lógica produtivista, evidentemente, não pode ser questionada. A produtividade vem antes da saúde dos que trabalham, vem antes da preservação ambiental, vem em primeiro lugar sempre.

A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. A sociologia das ausências coloca a necessidade de por em questão cada uma dessas lógicas. Nesse questionamento, propõe substituir *monoculturas* por *ecologias*, o que possibilitaria a disputa epistemológica entre diferentes saberes, a vivência de temporalidades diversas da frenética máxima que tempo é dinheiro, a não identificação da diferença com a desigualdade, a recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica, a valorização de sistemas alternativos de produção e consumo, como os presentes no campo

da economia solidária: cooperativas operárias, empresas autogeridas, pequenas associações, etc.

Essas iniciativas, consideradas como parte do amplo espectro de experiências reunidas sob a denominação de economia solidária, abrangem uma gama variada de expectativas, empreendimentos e práticas. Como princípios geradores de sua ética, estão os valores de boa convivência humana entre si e com o ambiente, superando aqueles de concentração de lucro e hedonismo consumista característicos do capitalismo contemporâneo. Muitas experiências populares de produção econômica e de geração de renda, no Brasil e em outros países, estariam formando uma economia popular fundada na cooperação solidária e integrada à economia de mercado, segundo uma lógica não exclusivamente mercantil (Singer, 2001; 2002a; 2002b).

Comum às ecologias, é a idéia de que a realidade não pode ser resumida ao que existe, e o que existe é muito mais rico do que os agentes da globalização neoliberal - órgãos multilaterais, mídias hegemônicas, instituições financeiras etc - consideram como válido. Isso exige imaginação epistemológica e imaginação democrática. Implica em desconstrução e reconstrução em patamares, lógicas e padrões diferenciados de existência. Portanto, assunto de interesse da ciência comprometida com mudança social.

## A contração do futuro: Sociologia das emergências, ou a crítica da razão proléptica

O progresso sem limites torna o futuro infinito. “Sabe-se” (na razão proléptica) como será o futuro: a ciência resolverá o problema da fome, das doenças e outros flagelos do mundo. Ou, ao menos, esse ideário está presente no seu campo semântico; dessa forma, ele pode não ser objeto de cuidado concreto, a curto prazo. Faz-se necessário conscientizar-se da escassez do futuro, para que ele torne-se objeto de cuidado *hoje*. Contraí-lo não é diminuir sua importância, pelo contrário. A sociologia das emergências é uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes, concebendo futuros possíveis e trabalhando na sua construção.

O conceito vital aqui é o de *ainda-não* (Bloch, 1986). Ele pode revelar a totalidade - que é inesgotável e está sempre para além - do mundo. Ele é capacidade (potência) e possibilidade (potencialidade). Por outro lado, é incerto, pode trazer o inesperado. O fato é que se reconhece que não sabemos do futuro: as sínteses que o trarão estão em aberto. Por isso o perigo iminente que faz Ernst Bloch (1986) dizer que junto a cada esperança, há um caixão à espera. Não sabemos, por exemplo, se a economia solidária se constituirá numa alternativa credível e ocupará espaços importantes na economia mundial, ou se sua fragilidade resultará

em seu desaparecimento. O certo é que precisamos cuidar, no presente, desse futuro incerto: por isso contraí-lo enquanto certeza, não importância. Bloch incita-nos a “agarar” as três dimensões do sentido de tempo humano, oferecendo uma análise dialética do passado que ilumina o presente e pode nos dirigir a um futuro melhor. O passado - aquilo que *foi* - contém os sofrimentos, tragédias e falhas da humanidade, que estão aí para serem evitados, bem como contém suas esperanças e potenciais não-realizados, que *poderiam* ter sido e *podem ainda ser*. Sobretudo, ele desenvolve uma filosofia da esperança e do futuro, um sonhar para a frente, uma projeção e a visão de um possível - mas *não garantido* - futuro de liberdade.

Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das *experiências* sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das *expectativas* sociais. As expectativas modernas eram grandiosas e abstratas, falsamente infinitas e universais. Justificaram a morte, a destruição, o desastre, a guerra, pela redenção sempre vindoura, sempre futura, em nome da qual eventualmente se praticaram barbaridades. Mas repudiar essa característica da modernidade não significa o niilismo ou a celebração do gozo imediato. Contra o niilismo, propõe-se uma nova semântica das expectativas (Santos, 2002).

## Teoria da tradução: A impossibilidade de uma teoria geral na contemporaneidade

Qual a alternativa à grande teoria unificada? Se considerarmos que uma teoria que provê *uma única* possibilidade de emancipação social não responde mais, num contexto de descentramento do sujeito, de fragmentação e atomização do real, precisaremos produzir alternativas que não conduzam à apatia política ou ao niilismo.

A esta altura, surge o trabalho de tradução no lugar da teoria geral. A tradução é o procedimento que permite criar a *inteligibilidade recíproca* entre as experiências do mundo. Se o movimento associativo na esfera laboral não puder entender que a causa do movimento negro, dos *gays* ou das mulheres oprimidas situa-se igualmente no campo da resistência ao conservadorismo, colonialismo e patriarcalismo, enfraquecerá todo o campo da resistência e da possibilidade de mudança social. Por isso é necessário que os agentes traduzam, uns para os outros, as preocupações isomórficas no que se refere à transformação do instituído e a novas concepções de mundo.

A tradução entre saberes assume a forma da *hermenêutica diatópica*. Essa forma de hermenêutica consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações similares entre elas. Os *topoi* - ou lugares de produção de saberes, discursos e práticas - podem hibridizar-se sem perder suas características

e sua riqueza conceitual e prática. Todas as culturas são incompletas e podem se enriquecer com o diálogo com outras, no momento em que é reconhecida a impossibilidade da completude cultural.

Construir alianças entre diferentes saberes é também poder ver o que é considerado subalterno fora da relação de subalternidade. Pois se só vemos o subalterno dentro do jogo dialético opressor-oprimido, fica difícil perceber o que aquele grupo, sujeito ou comunidade oprimida poderia produzir, caso estivesse fora da relação de subalternidade. A tradução é um trabalho intelectual e também político. Diferente do universalismo moderno, o *topoi* comum global de *dignidade humana básica* pode expressar-se em várias línguas, e possuir muitos rostos, na contemporaneidade.

A razão cosmopolita prefere imaginar um mundo melhor a partir do presente, reinventando experiências e utilizando o trabalho de tradução para criar sentidos e direções talvez precários, mas concretos, e certamente não baseados em falsas promessas. Criar justiça social global a partir da imaginação democrática seria um projeto aberto, a ser completado de forma multicultural (Santos, 2002; 2004).

A desmercadorização da instância produtiva e distributiva faz-se necessária para a desmercadorização e socialização da esfera econômica e da vida em geral. Aqui a economia solidária destaca-se como campo de ação e empreendimento social. Em âmbito mundial, são identificadas várias iniciativas promissoras no campo, apesar de em constante perigo devido à sua fragilidade. São citadas:

(...) por exemplo, as cooperativas de trabalhadores informais – desde os lixeiros na Índia e na Colômbia às donas de casa das favelas de São Paulo – bem como as cooperativas de trabalhadores da indústria despedidos durante os processos de *downsizing* de grandes empresas, têm sabido utilizar com imaginação o direito estatal – e as brechas que aí se encontram – para avançar com formas solidárias de distribuição de bens e produtos (Santos, 2003a, p. 59)

A busca de desenhos institucionais alternativos é apontada como característica central da sociologia das ausências e emergências. Na perspectiva do trabalho como possível *locus* de singularização, é preciso pensar se tais instituições estariam permitindo, através de suas constelações relacionais de poder, processos de singularização. Nesse sentido, o estudo empírico propicia a discussão sobre as práticas alternativas em curso.

## Análise do registro empírico: a trajetória de uma cooperativa

Durante o percurso da investigação empreendida, o questionamento central era sobre como se configurava tra-

balho na perspectiva de uma experiência de cooperativismo em bases de economia solidária e como isso repercutia na subjetividade dos trabalhadores que nela atuavam. Estes últimos, em sua maioria, ocupavam um lugar social de ausência produzida, tendo seus saberes e trajetórias desqualificados sob o ponto de vista formal.

Para procurar responder a uma questão de relativa complexidade, o processo investigativo deu-se através de observações do campo, entrevistas individuais e grupais com enfoque narrativo (Jovchelovitch e Bauer, 2002), além da participação nas reuniões de sócios cooperativados, procurando acompanhar e compreender os processos institucionais, envolvidos na experiência, através da realização um estudo de caso.

O empreendimento investigado foi, durante os anos de 2000 a 2002, uma cooperativa que tinha como meta o abastecimento familiar, vendendo produtos alimentícios, de limpeza etc. Possuía no início do processo da pesquisa cerca de quatrocentos sócios, sendo o grupo administrador propriamente dito composto por aproximadamente dez pessoas. Nas questões de formação, o grupo refletia sobre economia solidária e orientava para a prática do consumo ecológico (CAMP, 2001).

A cooperativa adquiria os produtos de fornecedores variados, alguns originários da economia solidária, outros identificados como oriundos da economia de mercado tradicional, sem compromisso com os princípios solidários. A partir daí, organizava os estoques em um galpão, num prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em região central. Trabalhando com listas de produtos e entrega de ranchos a domicílio, buscava cooptar clientes entre associações de moradores e outros produtores da economia solidária.

Possuía também uma cozinha industrial que atendia eventos como coquetéis e festas, além de servir refeições, durante um certo período, na sua própria sede, com enfoque em alimentação naturalista, produtos integrais e orgânicos. A equipe de nutricionistas e cozinheiras dividia as sobras de seu trabalho e pagava uma taxa pelo uso dos equipamentos da cozinha aos outros sócios do empreendimento.

Havia em torno de dez pessoas diretamente ligadas à gestão da cooperativa, sendo que um deles ocupava a função, ou *estava*, segundo os relatos, administrador principal. As dificuldades no processo de gestão revelaram-se de forma contundente nas narrativas coletadas; a cooperativa enfrentou, ao longo de dois anos e meio, muitos problemas de relacionamento interno e com os parceiros aos quais ligava-se. Os problemas ocorreram na condução dos seus processos administrativos, e eram de variadas ordens (financeira, administrativa, relacional), o que culminou em perda de sócios, de crédito e em graves dificuldades que determinaram a inviabilidade do empreendimento.

As narrativas coletadas reconstroem as enormes dificuldades de constituir uma cooperativa dentro dos parâmetros e valores solidários, que se apresentavam para os participan-

tes do empreendimento através dos discursos/saberes que circulavam no campo. Essas zonas de sentido incluíam uma forte expectativa de transformação e superação, identificação dos projetos da economia solidária com uma sociedade melhor e mais justa; esteve presente, no caso, a grande frustração de ver que, na prática, não foi bem assim. Houve uma grande disparidade entre *expectativa* e *experiência*, causando desdobramentos que impactaram fortemente na vida dos participantes daquele grupo. Experimentaram, como refere Santos (2002), um excesso de sentido, mas um *déficit* de desempenho.

Existia, contudo, certa heterogeneidade no que se refere aos objetivos dos sócios da cooperativa. Convivendo com companheiros de perfil militante pela transformação social, havia aqueles que objetivavam apenas uma renda suficiente para viver, excluídos do mercado formal de trabalho; mesmo esses, porém, entravam em contato com um campo de formas simbólicas valorativo, de práticas sociais alternativas que buscavam a solidariedade.

A perspectiva da sociologia das ausências e emergências foi entrelaçando-se com a pesquisa de forma muito intensa, justamente a partir das trajetórias dos seus narradores e narradoras – já que eu estava tratando as informações obtidas como narrativas –, muitas vezes invisibilizados/as pela sua condição de ausência produzida pelas monoculturas (do saber, da classificação social, da produtividade etc).

O relato extraído de uma das entrevistas ilustra como, dentro da própria cooperativa, as monoculturas eram a forma dominante das constelações relacionais de poder configurarem-se:

Quer dizer, a economia solidária..., tem que saber administrar ela, conversar bastante pra resolver problemas e aí é complicado pois a maioria do povo... Tem dificuldade pra administrar, pois onde um se destacou, os outros ficam mudos. E sem conversa não tem economia solidária. Aqui tinha reunião de trinta, trinta e cinco pessoas, na cooperativa. Toda a semana. Depois passou a ser só um relato, pois poucos falavam. O pessoal se abalava lá da Lomba do Pinheiro, do fim do mundo, pra não participar? Pra não se envolver de verdade no processo de construção? Aí não vem, não tem porquê. As pessoas que estão um passo na frente, um pouco acima em termos de formação, tem a tendência a assumir as coisas, a fazer sozinho.

São idealizadas, pelos atores da economia solidária, formas de se relacionar, sentir e agir; é como se a posição de identidade solidária, participativa e autogestionária fosse algo obrigatório para eles. Eles precisam pedir – a si mesmos, a mim, a todos – muitas desculpas por não conseguirem efetivar tal posição, por não poderem impedir a vivência das relações de poder como assimétricas e desiguais. Se *comportar como capitalista*, pegar os *vícios do capitalismo* (conforme referem nas entrevistas), constituir uma relação de *empregado com*

*chefe é tido como algo vergonhoso, profundamente embaraçoso. A gente fica até com vergonha do que aconteceu, mas tem que assumir e tentar, agora...*

A culpa pelo fracasso é assumida individualmente pelos remanescentes do grupo que iniciou o empreendimento, embora pretensamente o façam no coletivo: (...) *somos nós, é um grupo, temos de assumir juntos as falhas; tu vê a mentalidade da gente, deixar tudo isso acontecer, não ir atrás dos problemas antes que estourassem!* Mas é um coletivo que pode ser considerado empobrecido, composto pela soma dos indivíduos que compõem um grupo, e não pela força produzida nessas relações.

O modo de subjetivação capitalístico (Guattari, 1992), que no âmbito do trabalho é vivenciado através da máxima “manda quem pode, obedece quem precisa”, materializa-se por constituir o repertório conhecido dos sujeitos narradores, sendo eles mesmos fruto daquele modo de subjetivação.

Egressos de uma forma tradicionalmente capitalista - capitalismo de periferia do sistema mundo globalizado - de produção de riqueza e modos de trabalhar e viver, mesmo que em suas vidas tenham assumido posições de combate às formas de subjetivação capitalistas, sendo alguns oriundos do movimento sindical e outros movimentos sociais, os narradores são chamados a uma reestruturação subjetiva, a qual é experimentada como acima de suas forças. Sentem-se, portanto, em um labirinto, no qual se perdem e não chegam a lugar nenhum. (...) *a gente não tá parado, tá lutando como nunca, mas se sente parado porque corre, corre, corre e não parece sair do lugar... vai aqui, vai ali... mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: “Bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar.”*

Ninguém oferece o fio de Ariadne; na ausência de diálogo, de condições relativamente igualitárias de conversação, de relações de autoridade compartilhada, como avaliar se as fontes de recursos e de formação são adequadas? Como encaminhar os problemas que sequer podem ser discutidos na esfera pública laboral?

Lembrando que a pesquisa foi uma tentativa de exercício de psicossociologia das ausências e emergências, o objetivo de seus eventuais impactos seria sempre a substituição de monoculturas (do saber, dos reconhecimentos, da produtividade) por ecologias. Lida-se com os saberes e as práticas, que são a matéria de análise. O modo de subjetivação capitalista, do paradigma ainda hegemônico, impõe monoculturas; ao tentarem, intuitivamente, propiciar as trocas de conhecimento dentro da experiência de desenvolvimento, trabalho e produção que empreendiam, os participantes “perderam-se” num labirinto cujo mapa, a princípio, ninguém tinha.

As ecologias de conhecimentos (e de re-conhecimentos) seriam, acredito, as responsáveis pelo processo coletivo de traçar possíveis mapas de trânsito no labirinto. Este último, metáfora para as perplexidades daqueles que tentam navegar nas águas do capitalismo leve e fluido (Bauman, 2001), exige uma instantaneidade de aprendizados e atos que o tempo singular dos sujeitos que precisam aprender a enfrentá-lo não alcança, não sendo ele da ordem do instantâneo.

O heterogêneo grupo buscava a realização das suas aspirações; estas últimas, para alguns dos sócios, estavam ligadas à construção de um novo tipo de sociedade e um novo mundo do trabalho, vinculadas a todo um projeto de vida em sociedade, projeto tingido em matizes utópicas; e para outros, à busca de uma renda suficiente para sobreviver dignamente, o que a expulsão do mercado formal de emprego não lhes permitia. Os três jovens recrutados pela cooperativa através do Programa Primeiro Emprego<sup>3</sup> relataram em poucas palavras sua perspectiva da autogestão: *Autogestão é solidão*. A falta de mecanismos institucionais de formação e acompanhamento foi fator de dificuldades e conflitos constantes para o grupo, como expressaram os jovens aprendizes.

Essas perspectivas diversas *não* apareceram na esfera pública da cooperativa, para serem traduzidas e gerarem inteligibilidade mútua, pois as suas reuniões acabaram virando preleções, relatos monológicos: dessa forma, não eram coletivamente apreendidas. A apreensão coletiva das dificuldades seria talvez um melhor caminho para traçar os mapas de enfrentamento das mesmas, pois a identificação de pontos em comum entre os diferentes haveria de facilitar as relações de troca e aprendizado, propiciando condições mais favoráveis à prática da ecologia dos saberes.

Repetindo, entendo o saber não como uma dimensão exclusivamente cognitiva, mas sim fluida e dinâmica entre emoção, cognição, semantização e apropriação de si mesmo e do mundo. Pessoas oriundas do que se considera o campo popular (associações de moradores, pequenos produtores, cooperativados), que optavam pelo abastecimento familiar e/ou comunitário na cooperativa, durante a trajetória como sócios do empreendimento, entravam em contato com intelectuais engajados no projeto, com estrangeiros que atuavam em ONG's de apoio, com militantes de movimentos sociais diversos e com delegados do Orçamento Participativo de distintas origens. O campo de formas simbólicas, assim, engendrava-se extremamente complexo e diversificado, composto por todos esses encontros de realidades, culturas, discursos e práticas. Mas a falta de democracia interna do empreendimento impossibilitou uma troca produtiva entre os diversos narradores/atores que por ele circulavam, com maior ou me-

<sup>3</sup> O Programa Primeiro Emprego integra a política de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Estado promovendo a geração de empregos para jovens entre 16 e 24 anos e o incentivo a empresas de quaisquer setores econômico, entidades sem fins lucrativos, proprietários rurais, profissionais liberais e autônomos. (Fonte: <http://www.primeiroemprego.rs.gov.br/welc.html>)

nor frequência, impedindo assim modos de subjetivação singularizadores.

As relações de poder, nas expectativas do grupo, deveriam ter-se configurado segundo os padrões da autogestão, os quais, segundo Albuquerque, incluem:

(...) um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática da tomada de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos (...) por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (Albuquerque, 2003, p. 20)

Entretanto, o mesmo autor discorre sobre a ambigüidade do conceito, a ampla gama de significados que pode assumir, sendo apropriado de diferentes formas em contextos diversos. Na experiência de trabalho investigada, seu sentido a princípio unia-se a um ideal de mudança social, a um novo paradigma de relações de trabalho.

Entretanto, as práticas efetivas no empreendimento corporificavam-se em redes que fixavam os sujeitos em posições desconfortáveis, nas quais sofriam e autodepreciavam-se. As situações por eles vivenciadas ocasionaram esses sofrimentos singulares, e aparentemente sempre ligados a uma desvalorização das competências do sujeito, como se individualmente (ou mesmo como grupo), não tivessem sido capazes de evitar o desastre, assumindo a culpa e nomeando-se incompetentes e acomodados.

Sob o ponto de vista psicológico, as desigualdades de recursos são percebidas com visível sofrimento psíquico por todos, mas especialmente por parte daqueles que possuem baixo nível de educação formal. As competências do “eu” são percebidas como limitadas e inadequadas na esfera pública laboral por parte dos entrevistados, aparecendo sempre a autculpabilização pelas falhas no processo. A percepção de si como inferior e incapaz acaba dando margem a desistências de ser sujeito da gestão do empreendimento e de produzir a gestão compartilhada, que seria a autogestão. O sofrimento que acompanha a suposta incapacidade e esse sentimento de inadequação, provavelmente está ligado à constante interpeção que é feita no sentido da autogestão, do domínio de si na relação com a alteridade e no espaço do trabalho solidário.

Ao não conseguir ser a um tempo gestor de si e da cooperativa, até porque não teve para isso um processo educativo/reflexivo consistente que lhe permitisse trilhar caminhos possíveis nesse sentido, o trabalhador cooperativado vivencia um sofrimento psíquico que vai depender - em termos de qualidade, intensidade e desdobramentos - de sua história pessoal e expectativas.

Quando concretizou-se a inviabilidade comercial, financeira e institucional da cooperativa, sendo impossível continuar suas atividades, grande parte dos sócios já se ha-

via desligado e afastado; o grupo remanescente era pequeno, porém determinado a continuar e construir uma experiência diferente. Nessa etapa da trajetória surgem, das reflexões conjuntas dos membros do grupo com alguns dos parceiros anteriores, idéias de continuidades possíveis para uma nova cooperativa. As reuniões que passaram a ter como palco o Mercado Público de Porto Alegre eram abertas a quem quisesse ajudar a construir essa nova etapa.

O sentimento de “desta vez será diferente, não seremos passivos e complacentes” é compartilhado pelos remanescentes do grupo anterior, que tentam a toda pressa recomençar a trabalhar e não repetir a postura que permitiu o acúmulo de dívidas e o fracasso comercial. Decisões compartilhadas, modos de relações de poder simétricos e dialógicos, transparência absoluta e gestão coletiva são os ingredientes que, segundo os sócios (mesmo que não utilizem exatamente essa terminologia), poderão trazer satisfação e remuneração digna aos participantes.

O grupo elaborou novo estatuto e levou alguns meses e várias reuniões para validá-lo e chegar à redação final. Companheiros oriundos de movimentos associativos, do Orçamento Participativo, de ONG's, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de Universidades, juntavam-se ao grupo - em participações flutuantes, ora constantes, ora ocasionais - para aprovar o novo estatuto e conseguir número de sócios suficientes para registrar a nova cooperativa e torná-la uma realidade. Aqueles/as que colocavam nela expectativas e sonhos, desejos, construções pessoais e coletivas, continuavam acreditando na possibilidade de realização no coletivo:

Ninguém vai concentrar lucro, a gente quer receber o valor justo pelo nosso trabalho, sem explorar ninguém. E a gente que o diga, nós quatro aqui, que ficamos botando a cara pra bater, quando todo mundo debandou... agora é uma nova fase, queremos trabalhar com oficinas para o Fome Zero, alimentação alternativa, formação para nutricionistas...

O mais importante da parte final da história narrada nessa pesquisa é a presença da capacidade de recomeçar; se a alteridade, para eles, foi num primeiro momento um modelo e uma expectativa, resultando em decepção, agora significava nova expectativa e esperança. Há toda uma gama de capacidades e possibilidades a serem agenciadas, através de dispositivos de ações e práticas inovadoras, singularizantes; a potencialização desse coletivo é encarada como possível, como percebe-se na narrativa: *A gente tem que cair pra depois levantar. Tem de reunir o grupo, ver onde tá pegando...* Mas ao mesmo tempo, as dificuldades também não se desvaneceram, como ficou claro na dificuldade enfrentada na reunião de validação do novo estatuto, onde o grupo ainda lutava na sua tentativa de consenso. Modos alternativos de trabalhar e de viver, especialmente na periferia e semi-periferia do sistema mundo

globalizado, estão sempre a perigo, sempre na expectativa do caixão de Ernst Bloch.

Mudar o modo de trabalhar é avançar no processo emancipatório, é a própria heterotopia - lugar da deslocação - proposta por Boaventura Santos (2000). É deslocar o âmago daquilo que desejamos, um dia, nos tornar. Pode ser um projeto que vale a pena, por mais que implique em momentos difíceis tentando lutar com os minotauros do labirinto, ou com os caixões à espreita. Mas o mais interessante de tudo e que corrobora a proposição de Hanna Arendt (1983) sobre a faculdade humana do *recomeçar*, é que sempre é possível transformar. Mesmo se o caixão aniquilar uma experiência, um desejo, uma tentativa, é sempre possível – e plausível, além de desejável, *recomeçar* – e é exatamente o que os sócios da nova cooperativa fizeram, provando que suas lutas, seus erros e acertos não são vãos, são parte de sua experiência e de sua contribuição para a comunidade humana.

## Referências

- ARENDRT, H. 1983. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 348 p.
- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 258 p.
- BLOCH, E. 1986. *The principle of hope*. Oxford, Blackwell, 3 vol., 1657 p. [German original edition 1959: Prinzip Hoffnung.]
- CAMP. 2001. *Economia Popular Solidária. Pesquisa Ação*. Porto Alegre, CAMP, 159 p.
- GAIGER, L.I. 1999. Significados e tendências da economia solidária. In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo, CUT, p. 29-42.
- COCCO, G. 2001. Introdução. In: M. LAZZARATO e A. NEGRI, *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, D&PA, p. 7-23.
- GRISCI, C.L.I. 1998. *Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do setor bancário*. Porto Alegre, RS. Projeto de tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 60 p.
- GRISCI, C.L.I. 2000. *Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do trabalho bancário*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 314 p.
- GUATTARI, F. 1992. *CAOSMOSE: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34, 203 p.
- JOVCHELOVITCH, S. e BAUER, M. 2002. A entrevista narrativa. In: M. BAUER e G. GASKELL (orgs.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, p. 90-113.
- REY, F.G. 2003. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 290 p.
- SANTOS, B.S. 1996. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 348 p.
- SANTOS, B.S. 2000. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 383 p.
- SANTOS, B.S. 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63:237-280.
- SANTOS, B.S. 2003. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65: 3-76.
- SANTOS, B.S. 2004. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: "Um Discurso sobre as Ciências" Revisitado*. São Paulo, Cortez, 821 p.
- SANTOS, M. 1994. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: M. SANTOS (org.), *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo, Hucitec-ANPHU, p. 15-22.
- SINGER, P. 2001. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 139 p.
- SINGER, P. 2002a. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 126 p.
- SINGER, P. 2002b. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In SANTOS, B. (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, p. 81-103.
- TITTONI, J. 1994. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre, Ortiz, 180 p.
- VERONESE, M.V. 2004. *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 226 p.

Recebido em 12/2004  
Aceito em 01/2005